

- e) Os padrões de referência utilizados para as calibrações internas não devem ter qualquer outra utilização;
- f) Os padrões de referência devem ser calibrados por um laboratório acreditado;
- g) Os padrões de referência utilizados como referência devem ser controlados entre as calibrações periódicas e rastreados a padrões nacionais e internacionais, sempre que possível.

#### Artigo 13.º

##### Meios de ensaio

Sempre que a entidade acreditada realize ensaios deve, nomeadamente, respeitar as seguintes disposições:

- a) Dispor de material e equipamentos de ensaio e de medição adequados às actividades para que foi acreditada, nos termos a definir no despacho conjunto referido no n.º 3 do artigo 4.º;
- b) Os laboratórios a que, eventualmente, as entidades acreditadas recorram deverão estar acreditados pelo IPAC;
- c) Tratando-se de resultados obtidos por tratamento automático de informação, a fiabilidade do sistema de gestão da informação deve permitir a demonstração da exactidão dos resultados.

### CAPÍTULO IV

#### Acompanhamento

#### Artigo 14.º

##### Competência

Compete ao IPAC promover a realização de acções periódicas de acompanhamento da actividade das entidades acreditadas.

#### Artigo 15.º

##### Dever de colaboração

A entidade acreditada presta a colaboração solicitada para a realização das acções de acompanhamento, nomeadamente facultando aos representantes do IPAC o acesso às suas instalações e equipamentos, bem como aos registos e demais documentos relacionados com a actividade objecto de acreditação.

#### Artigo 16.º

##### Suspensão e revogação da acreditação

1 — Em caso de fundada suspeita de irregularidades na actuação da entidade acreditada, o IPAC pode determinar a suspensão ou anulação da acreditação.

2 — O não cumprimento pela entidade acreditada das obrigações a que se encontra sujeita ocasiona, consoante a sua gravidade, a suspensão temporária ou a anulação da acreditação, sem prejuízo do procedimento civil ou criminal a que houver lugar.

3 — A adopção das medidas previstas nos números anteriores é precedida de notificação por escrito da entidade acreditada.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 12 de Maio de 2004. — *José Manuel Durão Barroso* — *Carlos Manuel Tavares da Silva* — *Armando José Cordeiro Sevi-*

*nate Pinto* — *António José de Castro Bagão Félix* — *Amílcar Augusto Contel Martins Theias*.

Promulgado em 15 de Junho de 2004.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 21 de Junho de 2004.

O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.

### Decreto-Lei n.º 153/2004

de 30 de Junho

Em cumprimento dos Decretos-Leis n.ºs 7/91, de 8 de Janeiro, e 131/94, de 19 de Maio, procedeu-se à cisão da EDP — Electricidade de Portugal, S. A. (EDP), a qual foi concretizada por deliberação da assembleia geral de 18 de Agosto de 1994.

No âmbito do processo de cisão foram transmitidos para as empresas cinditárias, por destaque do património da EDP, entre outros, os bens afectos às actividades dessas sociedades e que passaram a constituir activos próprios.

Atendendo ao elevado número de centros produtores em causa e às parcelas que os constituem, à respectiva dispersão geográfica e, em alguns casos, à ausência de documentos que titulem a propriedade, torna-se impossível, em tempo útil, regularizar a titularidade da propriedade a favor da entidade concessionária da Rede Nacional de Transporte de Energia Eléctrica (RNT) em termos de possibilitar a transferência da propriedade e posse dos mesmos terrenos desta entidade para os produtores vinculados, de acordo com o Decreto-Lei n.º 198/2003, de 2 de Setembro.

Assim, sendo esta transmissão um pressuposto da extinção dos contratos de aquisição de energia (CAE), celebrados entre aquela entidade concessionária da RNT e os produtores vinculados, torna-se necessário atribuir àquele decreto-lei o poder de titular, naquela entidade concessionária, a propriedade e a posse dos terrenos correspondentes ao sítio dos centros electroprodutores, hidro e termoeléctricos, definidos nas planas anexas ao mesmo diploma.

Ao mesmo tempo determina-se que sejam formalizados os contratos de concessão de utilização do domínio público hídrico através da emissão dos respectivos títulos.

Paralelamente, estabelecem-se a ordem da prioridade na afectação dos valores resultantes da eventual alienação dos mesmos terrenos e a inclusão na tarifa regulada da remuneração anual devida à entidade concessionária da RNT e determina-se que os terrenos afectos aos centros produtores termo e hidroeléctricos que vierem a ser transmitidos nos termos do referido Decreto-Lei n.º 198/2003 não possam ser destinados a fim diverso do actual sem autorização do Governo.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

#### Artigo 1.º

##### Titulação dos terrenos

1 — Constitui título bastante da transmissão dos terrenos prevista no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 198/2003,

de 2 de Setembro, para efeitos de registo predial, a acta da assembleia geral da EDP — Electricidade de Portugal, S. A. (EDP), é realizada em 18 de Agosto de 1994, complementada por declaração conjunta da referida EDP e da REN — Rede Eléctrica Nacional, S. A. (REN), para correcta e integral identificação dos mesmos terrenos cujas plantas se encontram anexas ao referido diploma.

2 — O registo de aquisição deverá ser requerido na conservatória do registo predial competente, acompanhado da acta e da declaração referidas no número anterior.

3 — Da declaração prevista no n.º 1 devem constar os elementos de identificação dos terrenos, de molde a nela serem supridas todas as eventuais deficiências da referida acta da assembleia geral de 18 de Agosto de 1994, designadamente quanto à menção dos elementos de identificação dos prédios nela já mencionados, bem como no que se refere à identificação dos terrenos aí omitidos e afectos aos respectivos centros produtores hidroeléctricos.

4 — O registo a favor da REN dos actos de transmissão previstos do n.º 1 é lavrado como provisório por dúvidas quando os terrenos objecto dos mesmos não se encontrem inscritos a favor da EDP, com dispensa do registo de aquisição a seu favor.

5 — Nos casos previstos no número anterior, em que sobre os prédios exista registo de aquisição a favor de pessoa diversa da EDP, é citado o titular da última inscrição ou respectivos herdeiros, mediante a afixação de editais, pelo prazo de 30 dias, na conservatória competente e na sede da junta de freguesia da situação do prédio.

6 — Findo o prazo de citação sem que haja oposição por parte do titular inscrito, seus representantes ou qualquer outro interessado, a conservatória competente procede, oficiosamente, à conversão do registo em definitivo.

7 — A transmissão prevista no presente artigo não prejudica as bases da concessão da exploração da Rede Nacional de Transporte de Energia Eléctrica (RNT), constantes do Decreto-Lei n.º 185/95, de 27 de Julho, nomeadamente no que diz respeito à reversão dos bens para o Estado com a extinção da mesma.

## Artigo 2.º

### Direitos de utilização do domínio público hídrico

1 — São reconhecidos à entidade concessionária da RNT os direitos de utilização, em regime de concessão, do domínio público hídrico, desde que verificadas as formalidades constantes do Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro, e de acordo com o disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 183/95, de 27 de Julho.

2 — Os serviços competentes do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente devem celebrar os respectivos contratos com a entidade concessionária da RNT no prazo de 120 dias a contar da publicação do presente diploma, devendo constar dos mesmos a possibilidade de subconcessão a favor dos respectivos produtores hidroeléctricos.

## Artigo 3.º

### Isenção

A transmissão e registo a favor da REN dos terrenos referidos no artigo 1.º do presente diploma estão abran-

gidos pela isenção concedida à EDP ao abrigo do Decreto-Lei n.º 168/90, de 24 de Maio, excepto no que diz respeito aos actos praticados nos serviços dos registos e notariado nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de Dezembro.

## Artigo 4.º

### Imputação dos preços de aquisição dos terrenos

O montante relativo ao preço de aquisição dos terrenos referidos no artigo 1.º pelos produtores vinculados nos termos do Decreto-Lei n.º 198/2003, de 2 de Setembro, deve ser afectado de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

- a) Pagamento à entidade concessionária da RNT do montante correspondente ao valor contabilístico líquido dos terrenos em causa, constante do activo da referida entidade e reportado ao final do ano anterior ao da aquisição;
- b) Pagamento à entidade concessionária da RNT da compensação do valor dos desvios tarifários verificados entre 1999 e o ano anterior ao da aquisição à mesma concessionária;
- c) O valor remanescente, se existir, deve ser revertido na tarifa regulada de uso global de sistema, de forma a garantir uma repartição equitativa entre todos os consumidores.

## Artigo 5.º

### Remuneração associada ao regime público hídrico

1 — A entidade concessionária da RNT tem o direito de perceber uma remuneração anual associada ao respectivo activo amortizado, calculada nos termos definidos por portaria do Ministro da Economia, até ao termo do regime de concessão do domínio público hídrico.

2 — A remuneração referida no número anterior deve ser recuperada pela entidade concessionária da RNT através da tarifa regulada, de forma a garantir uma repartição equitativa entre todos os consumidores.

## Artigo 6.º

### Garantia de afectação dos terrenos ao fim actual

1 — Os terrenos afectos aos centros produtores termo e hidroeléctricos que vierem a ser transmitidos nos termos do Decreto-Lei n.º 198/2003, de 2 de Setembro, não podem ser destinados a fim diferente daquele a que estão actualmente afectos, sem autorização do Ministro da Economia.

2 — A autorização prevista no número anterior deve ser precedida de parecer da Direcção-Geral de Geologia e Energia e da entidade concessionária da RNT, ouvida a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

## Artigo 7.º

### Revogação

São revogados os n.ºs 4 e 5 do artigo 13.º e o 5 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 183/95, de 27 de Julho, aditados pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 198/2000, de 24 de Agosto.

**Artigo 8.º****Entrada em vigor**

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 22 de Abril de 2004. — *José Manuel Durão Barroso* — *Maria Manuela Dias Ferreira Leite* — *Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona* — *Carlos Manuel Tavares da Silva* — *Amílcar Augusto Contel Martins Theias*.

Promulgado em 15 de Junho de 2004.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 21 de Junho de 2004.

O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.

## **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PISCAS**

### **Decreto-Lei n.º 154/2004**

**de 30 de Junho**

O Decreto-Lei n.º 268/2000, de 24 de Outubro, estabeleceu o regime geral do Catálogo Nacional de Variedades de Espécies Agrícolas e de Espécies Hortícolas, bem como os princípios e as condições que estas variedades, incluindo as geneticamente modificadas e os recursos genéticos vegetais de reconhecido interesse, devem observar para que a certificação das suas sementes e propágulos possa ter lugar, bem como a respectiva comercialização, transpondo para o ordenamento jurídico interno as Directivas n.ºs 98/95/CE e 98/96/CE, do Conselho, de 14 de Dezembro, na parte respeitante ao Catálogo Comum de Variedades de Espécies Agrícolas e de Espécies Hortícolas.

Posteriormente, o citado decreto-lei foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 168/2002, de 23 de Julho, que procedeu à transposição das Directivas n.ºs 72/168/CEE e 72/180/CEE, da Comissão, de 14 de Abril, com a redacção dada pela Directiva n.º 2002/8/CE, da Comissão, de 6 de Fevereiro, relativas aos caracteres e às condições mínimas para o exame de variedades das espécies de plantas hortícolas e de plantas agrícolas.

Entretanto foram aprovadas as Directivas n.ºs 2003/90/CE e 2003/91/CE, da Comissão, de 6 de Outubro, relativas aos caracteres e às condições mínimas para o exame de variedades das espécies de plantas agrícolas e de plantas hortícolas, que vêm introduzir alterações à Directiva n.º 2002/53/CE, do Conselho, de 13 de Junho, relativa ao Catálogo Comum de Variedades de Espécies Agrícolas, e à Directiva n.º 2002/55/CE, do Conselho, de 13 de Junho, relativa à comercialização de sementes de produtos hortícolas. Tratando-se de directivas de consolidação, não foi necessário proceder de imediato às respectivas transposições, uma vez que o direito nelas codificado, na parte respeitante ao Catálogo Comum de Variedades de Espécies Agrícolas e de Espécies Hortícolas, se encontra consagrado na ordem jurídica portuguesa, pelo referido Decreto-Lei n.º 268/2000, de 24 de Outubro, e, na parte relativa

às sementes, pelo Decreto-Lei n.º 75/2002, de 26 de Março, que define as normas gerais da produção, controlo e certificação de sementes de espécies agrícolas e hortícolas destinadas à comercialização.

As referidas Directivas n.ºs 2003/90/CE e 2003/91/CE, da Comissão, de 6 de Outubro, vieram, agora, estabelecer em novos moldes os caracteres e as condições mínimas, a observar, para o exame de variedades das espécies de plantas agrícolas e de plantas hortícolas, e, consequentemente, proceder à revogação das Directivas n.ºs 72/168/CEE e 72/180/CEE, da Comissão, de 14 de Abril.

Desde a publicação do Decreto-Lei n.º 268/2000, de 24 de Outubro, as referências aos vários diplomas complementares nele contidas, quer de âmbito interno quer comunitário, têm vindo a ficar naturalmente desactualizadas, como é o caso, em particular, da não menção ao Decreto-Lei n.º 72/2003, de 10 de Abril, que regula a libertação deliberada no ambiente de organismos geneticamente modificados, o qual transpôs para o direito nacional a Directiva n.º 2001/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Março, relativa à libertação deliberada no ambiente de organismos geneticamente modificados.

Por outro lado, o Regulamento (CE) n.º 1829/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Setembro, relativo a géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados, veio, também, introduzir alterações às citadas Directivas n.ºs 2002/53/CE e 2002/55/CE, do Conselho, de 13 de Junho, pelo que importa harmonizar a legislação nacional de acordo com todas as alterações a estas directivas.

Opta-se, assim, pela publicação de um novo diploma, procedendo-se, agora, à transposição das citadas directivas codificadas, como das duas directivas que as alteraram, e revogando-se o Decreto-Lei n.º 268/2000, de 24 de Outubro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 168/2002, de 23 de Julho.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## **CAPÍTULO I**

### **Disposições gerais**

#### **Artigo 1.º**

##### **Transposição de directivas**

O presente decreto-lei procede à transposição para a ordem jurídica interna:

- a) Da Directiva n.º 2002/53/CE, do Conselho, de 13 de Junho, relativa ao Catálogo Comum de Variedades de Espécies Agrícolas, na redacção que lhe foi dada pela Directiva n.º 2003/90/CE, da Comissão, de 6 de Outubro, relativa aos caracteres e às condições mínimas para o exame de variedades das espécies de plantas agrícolas, tendo ainda em conta a alteração que lhe foi introduzida pelo Regulamento (CE) n.º 1829/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Setembro, relativo a géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados;
- b) Da Directiva n.º 2002/55/CE, do Conselho, de 13 de Junho, relativa à comercialização de sementes de produtos hortícolas, na parte res-